

GT1 – RACISMO E CIDADE: Segregação Étnico-Racial, Bairros Negros no Brasil, Guetos na África, e Resistências Urbanas em África e Brasil.

OCUPAÇÕES: A RESISTÊNCIA DA NEGRITUDE NOS CENTROS URBANOS

Monteiro, Ellen Pereira¹
Francisco, Larissa Brasilino²

Resumo: Objetiva-se com esse artigo discutir o lugar das ocupações urbanas como forma de resistência na luta pela moradia, frente a lógica de urbanização corrente que tende a periferizar a população mais pobre, sendo ela na sua maioria uma população negra. Reconhecendo que as ocupações urbanas representam simultaneamente a luta e a efetivação de direito, uma vez que possuem terrenos com alto valor de mercado, boa inserção urbana, acesso à infraestrutura e a serviços urbanos enquanto vivem de maneira não consentida, muitas vezes criminalizada. Sendo assim, esse artigo traz como estudos de caso as ocupações Mama África e Casarão Presidente Domiciano, ocupadas, majoritariamente, pela população negra, ambas localizadas na cidade de Niterói/ RJ. A análise parte da experiência das autoras a partir da inserção das mesmas a projetos de extensão vinculados ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU-UFF). O artigo apresenta afirmação do direito e possibilidade de permanência dos moradores da ocupação Mama África na área atual, resistindo a ações de remoções forçadas, no processo de conquista ao acesso à moradia adequada e regularizada e no caso da ocupação Casarão Presidente Domiciano afirma o direito dos moradores de decidir seu próprio destino. O artigo introduz um breve contexto histórico sobre moradia e o lugar da população negra nesse espaço, demonstrando como as relações socioeconômicas influenciam o poder aquisitivo de cada indivíduo para conquistar a moradia, desenvolvendo a partir da análise dos casos contextualizando também a inserção das ocupações no município de Niterói/ RJ. Por fim, concluindo com o resumo das reflexões abordadas.

Palavras-chave: Ocupações urbanas, planejamento urbano, moradia e segregação racial, propriedade e raça.

Após cento e trinta e um anos do período escravocrata brasileiro, ainda percebe-se nítidos reflexos estruturais de desigualdade sócio-racial. De modo específico, interessa a esse artigo a segregação racial nas configurações territoriais e a precarização da moradia da população negra.

O processo de segregação espacial junto ao déficit habitacional no Brasil manifestam-se juntamente a Lei de Terras, de 1850, e a Lei da Abolição, de 1888, uma vez que estas foram aplicadas de forma desassociadas de planejamento urbano e

¹ Graduanda em arquitetura e urbanismo - UFF. ellenmonteiro@id.uff.br

² Graduanda em arquitetura e urbanismo - UFF. labrasilino@id.uff.br

políticas públicas. “Não havia “problema” da habitação para o escravo, quer no Brasil, quer na Grécia antiga, inclusive é especialmente porque o escravo não tinha direito à habitação.” (VILLAÇA, Flávio. 1986, p.4).

Logo após a abolição, houve um fomento da imigração e a mão de obra negra passou a ser excedente vivendo de trabalhos inferiores e/ou exploratórios com remunerações reduzidas, o que contribuiu para a manutenção das desigualdades sociais. Assim, os ex-escravizados tiveram grande dificuldade para alcançar o acesso a terra e a habitação digna, sendo a questão econômica um dos principais condicionantes, havendo como alternativas ou se estabelecerem em áreas distante dos centros, por apresentarem baixo custo, ou se manterem nos centros de forma precarizada em busca de trabalho.

De acordo com o IBGE 2016, no Brasil, o rendimento da população branca é consideravelmente superior ao da população autodeclarada preta ou parda, sendo R\$ 2.660,00 (acima da média nacional de R\$ 2.043,00), enquanto a parda e preta foram de respectivamente R\$ 1.480,00 e R\$ 1.461,00. Dessa forma, observa-se significativa discrepância, o que leva a constatar que houve poucas alterações nos padrões sociais desde o período abolicionista até o atual momento.

Nota-se que a manutenção da questão econômica da comunidade negra ao longo dos anos levou a naturalização da imagem de pobreza e a associação da imagem da negritude. Essa visão estereotipada acrescenta uma identidade marginalizada desta população.

Hoje, pode-se dizer que grande parte da vulnerabilidade ocorra em questão da habitação, saúde, educação, entre outros que a negritude está submetida e são provenientes de grandes processos históricos nos quais suas necessidades e direitos foram ignorados e continuam sendo a partir da invisibilização pelas classes privilegiadas frente a essas desigualdades estruturais.

Com o processo global de expansão do capitalismo, observa-se alterações nas concepções da terra - de algo a ser utilizado para algo a ser comercializado - e de trabalho - de mão de obra escrava para livre - que no Brasil tem como resultado significativas implicações sobre a desigualdade socioeconômica caracterizada pela marginalização da população negra. (SILVA, Lisandra Mara).

Assim, a população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão para afirmar interesses sociais e econômicos das classes ricas fenômeno acolhido por leis cujos efeitos ocultam, ignoram, revalidam e

perpetuam a opressão. A propagação do discurso preconceituoso e discriminatório sustenta a narrativa para desqualificar a cidadania afro-brasileira, se enquadra como racismo estrutural que pode ser definido da seguinte maneira:

É “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.17).

Desta forma, ao longos dos anos, desvantagens se acumularam, associadas à cor da pele, de um povo remanescente de uma estrutura colonial. De modo semelhante, os problemas habitacionais se expandiram deixando reflexos notáveis, somente uma pequena parcela da negritude possui condições de moradia digna com direito a infraestrutura básica, serviços públicos e segurança pública. Tendo isso em vista, nota-se um alto índice de moradores em situação de rua autodeclarados pretos ou pardos, que sobrevivem em um estado de desumanização. Essa relação também se repete nas favelas cariocas, que além de sofrer com a falta de infraestrutura urbana e serviços públicos básicos há mais uma restrição que é a falta de segurança pública e a criminalização dos corpos negros.

A falta de alternativas a essas famílias pobres, as motivam tentarem se inserir nas regiões centrais da cidades e que assim ocupem terrenos integrados à malha urbana, servidos de infraestrutura e serviços, que na maioria das vezes apresenta alto valor de mercado. Trata-se da formação de assentamentos urbanos constituídos a partir da ocupação coletiva não consentida de imóveis urbanos vazios de terceiros por famílias de baixa renda para fins de moradia, estruturada previamente por movimentos sociais organizados ou não.

Em linhas gerais, elas diferem de outros assentamentos precários brasileiros especialmente pelo ato de ocupar que é o mesmo que reivindicar imóveis sem função social, por isso, são contestadas desde o início por ocorrerem em áreas de alto valor de mercado pelo ordenamento territorial. Eles partem do pressuposto de que a negação do

direito à moradia e à cidade, diante da manutenção de vazios urbanos destinados à valorização imobiliária, é inaceitável.

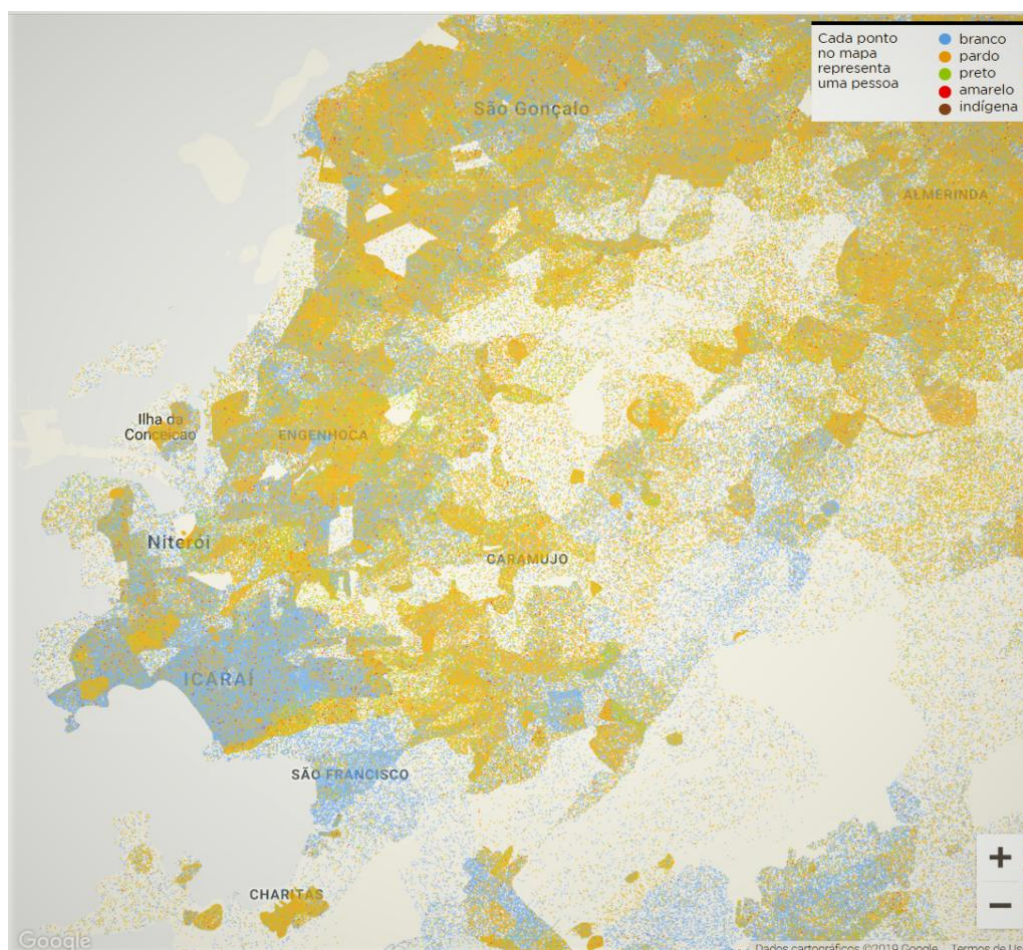
O município de Niterói, de acordo com o IBGE (2010), é considerado o terceiro município mais rico do Estado do Rio de Janeiro, possui o sétimo maior IDHM do país e primeiro do Estado do Rio de Janeiro, apresentado apenas 58.8% dos domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Segundo a prefeitura, a cidade apresenta um déficit habitacional em torno de 15 mil unidades.

Niterói, um dos municípios com menor número de pretos e pardos do estado e maioria branca, é a cidade em que o preto tem que saber o seu lugar, estabelecendo diversas barreiras visíveis e invisíveis para controlar sua circulação e convivência. A presença do negro nas ruas dos bairros de classe média é algo percebido e frequentemente coibido, tanto por olhares racistas quanto abordagens do poder militar. Sobretudo durante a noite, a rua não é o lugar do preto, principalmente se ele for homem e jovem, visto que a imagem da negritude é constantemente associada ao crime.

Segundo o IBGE (2010), ao observar-se a faixa de renda da população do município, nota-se que a faixa de 5 a 10 salários mínimos é composta por 11.176 pretos e 60.673 brancos e acima de 10 salários mínimos por 552 pretos e 32.541 brancos, explicitando alta desigualdade racial. A alta taxa de evasão escolar, intensificada pela necessidade dos jovens negros de trabalharem para contribuir na renda familiar, contribui na baixa qualificação deste grupo, tratando-se de uma população pobre que enfrenta dificuldades no acesso à oportunidades de emprego.

Políticas segregativas, com discursos higienistas, restringem cada vez mais a circulação de grupos na cidade. Seja no acesso ao mercado de trabalho, serviços públicos, recursos, equipamentos culturais e de consumo, a limitação do convívio entre os diferentes grupos representa grave risco, sinalizando a manutenção do negro pobre favelado como negro pobre favelado.

Mediante o contexto de raça e segregação vivido, o município lidera o ranking de segregação racial do país. Observa-se que nos bairros da zona sul a população preta e parda se concentra, majoritariamente, nas comunidades situados nos morros limítrofes dos bairros. Refletindo a sub remuneração e difícil acesso a educação do negro, a concorrência desigual com a classe média, alta e branca condiciona a ocupação periférica e desumanizada.



Mapa de residentes em Niterói através da raça/cor autodeclarada. Disponível em:
<<https://qualperfil.pluriverso.online/niteroi-lidera-ranking-nacional-da-segregacao-racial/>>

Acesso em abril de 2019.

Como pode-se ver, a zona sul é a região niteroiense onde se encontra a população mais abastada, sendo ela a branca, e não por acaso que ela é a área bem mais servida de infraestrutura urbana do município. Logo, as ocupações Mama África e Casarão Presidente Domiciano estão localizadas no bairro São Domingos que pertence a zona sul e também é limítrofe ao bairro central. Além disso, a área apresenta grandes atrativos para a especulação imobiliária como o conjunto de obras do arquiteto Oscar

Niemeyer na Área de Especial Interesse Urbanístico Turístico do Caminho Niemeyer (AEI) e grandes campi universitário pertencentes a Universidade Federal Fluminense.

Concomitantemente a esses fatores que ameaçam a permanência das ocupações, a região se encontra na área designada no plano diretor da cidade como Operação Urbana Consorciada (OUC). Nesta área, há a previsão de um conjunto de intervenções, transformações urbanísticas estruturais, supostas melhorias sociais higienistas e a valorização ambiental. Com medidas estruturadas pelo Poder Público Municipal, iniciativa privada e participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes (classe média/alta), as ocupações sofrem constantemente com os impactos destas ações e seguem na luta para garantir sua permanência.

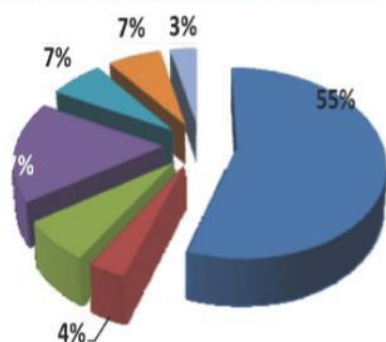
Ambas as apropriações foram estabelecidas de forma orgânica, ou seja, suas ocupações não foram organizadas por movimentos sociais de luta por moradia, mas por indivíduos que em algum momento de sua trajetória tiveram como única alternativa ocupar.

A ocupação em Mama África se iniciou a partir de jovens negras egressas de um abrigo de órfãos (Oswaldo Aranha, município Barra do Piraí), ao completarem maioridade, foram obrigadas a deixar o abrigo. Quase todas essas jovens possuíam baixa escolaridade, estavam desempregadas e sem lugar para onde ir. Assim, passaram a ocupar dois casarões privados na Rua Passo da Pátria no bairro de São Domingos em Niterói, nº: 48 e 50, na década de 80.

Os demais membros foram se juntando a ocupação por motivos diversos. A partir disso, os cômodos dos dois casarões foram subdivididos e sublocados por um suposto representante dos proprietários que manteve a ocupação sob controle por alguns anos a partir do aumento do número de ocupantes e constituição de família dos demais, houve a necessidade da construção de anexos por parte dos moradores.

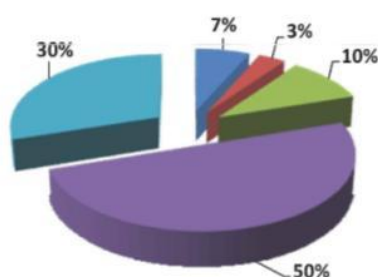
Por possuírem pouco recurso financeiro e um baixo domínio em construção civil, a ocupação foi construída de forma precarizada chegando a um estado insalubre, incluso as questões de ventilação e iluminação natural, visto que os cômodos em sua maioria não apresentam aberturas além da porta de entrada. Atualmente, a ocupação conta com 29 famílias.

Escolaridade do Titular



- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino superior incompleto
- Analfabetos
- Não soube informar

Renda Familiar



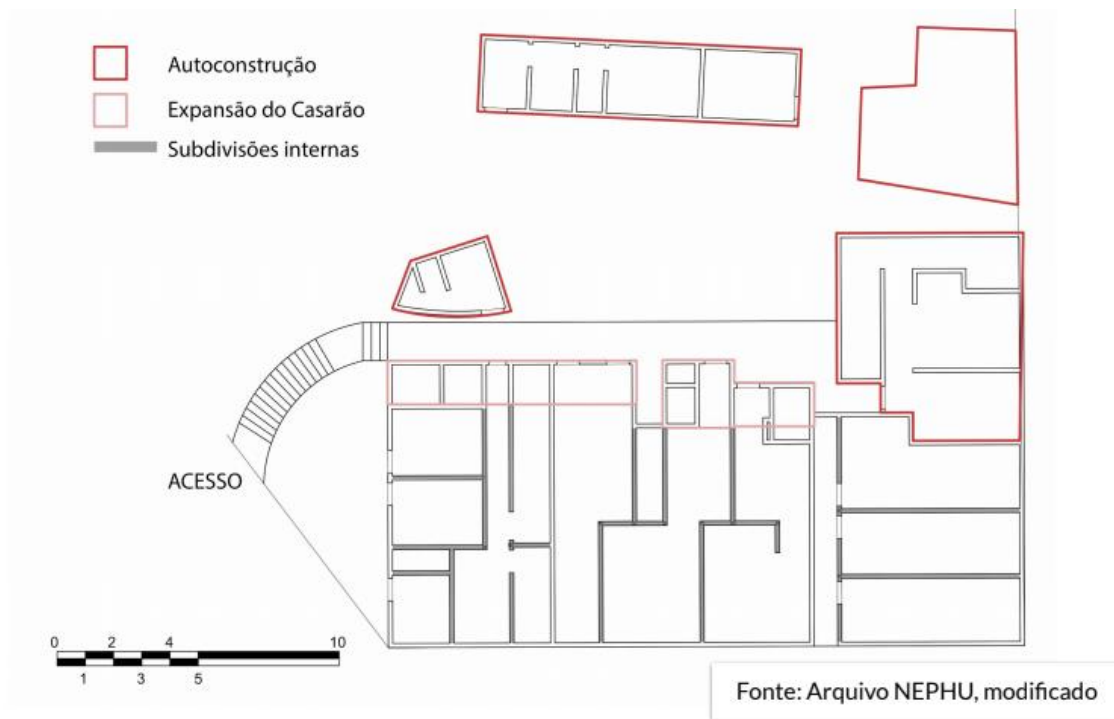
- Até 1/4 SM
- Mais de 1/4 à 1/3 SM
- Mais de 1/3 SM à 1/2 SM
- Mais de 1/2 SM à 1 SM
- Mais de 1 SM à 2 SM

Ánalise socioeconomica da ocupação Mama Africa. Fonte: Plano Popular de Mama África.

O Casarão Presidente Domiciano também teve uma ocupação de maneira orgânica com indivíduos se estabelecendo no local de diversos modos. Alguns moradores vieram de uma outra ocupação no mesmo bairro que foi desapropriada para a construção do Museu Janete Costa de Arte Popular.

Assim como a outra ocupação, o Casarão também foi subdividido em pequenos compartimentos, onde cada um deles foi ocupado por uma família. Todavia, eles não foram suficientes para atender a demanda de moradia da ocupação, havendo a necessidade de construção de cômodos anexos, uma série de outros pequenos compartimentos, construídos pelos moradores e implantados em platôs criados por meio de cortes no talude. Destaque-se que há famílias com crianças e pessoas com mobilidade reduzida.

A maioria dos moradores do Casarão é constituída de uma população negra. Além do contexto de precarização da moradia, moradores relatam dificuldade na busca por empregos, visto que além de carregarem a questão racial e a baixa escolaridade, há a associação da imagem de um ocupante a marginalidade.



Levamento Casarão Presidente Domiciano

Atualmente, os moradores das duas ocupações vêm resistindo a sucessivas ameaças de remoção por parte da Prefeitura de Niterói. “Assim, tal atitude apresenta grandes similitudes tal qual o discurso higienista do início do século XIX, onde o cortiço era denunciado por ser um ambiente propagador de doenças e da desordem moral na cidade.” (Valladares, 2005).

Deste modo, por volta do ano 2000, Mama África teve seus imóveis interditados para moradia. A Coordenação Municipal de Defesa Civil usou como justificativa as condições insalubres e perigo de desabamento e de incêndio, devido à trincas, rachaduras, infiltrações e vazamentos nas edificações. Apesar disso, as famílias permaneceram no local.

Com o acirramento das ameaças de remoção, os moradores, como parte do processo de resistência, iniciaram a busca de apoio à sua luta pela permanência. Com o apoio jurídico da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), conseguiram o deferimento do pedido de “Manutenção de Posse com interdito proibitório” impetrado pela Prefeitura para um dos casarões.

O Casarão na Rua Presidente Domiciano, anteriormente ocupado por 17 famílias, também foi alertadas pela Defesa Civil diante de grave potencial de suas moradias estarem sujeitas a riscos naturais.

A partir disso, foi-se realizada uma vistoria no local em que duas situações graves foram destacadas: os cômodos construídos no alicive do terreno criaram situações graves de risco de escorregamento e o telhado da edificação apresentava riscos iminente de desabamento.

Em meio a árduas lutas e frente a sérias ameaças à saúde dos moradores, as duas comunidades se vincularam ao Núcleo de Estudos Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU, vinculado a Escola de Arquitetura e Urbanismo - EAU, simultaneamente com o Fórum de Luta de Pela Moradia - FLM - Niterói e São Gonçalo.

O NEPHU atua a partir de demanda e tem por objetivo contribuir para viabilizar e promover melhorias urbanas e sociais através da assessoria às comunidades organizadas, dando respaldo técnico na luta pela moradia. O Núcleo atua não somente como assessor técnico na área de arquitetura e urbanismo, mas abrange as áreas serviço social, direito e engenharia, tendo como funções pensar em estratégias que possam ajudar a efetivar o direito à moradia digna.

Já o FLM é um coletivo composto por moradores de áreas populares que lutam por moradia e o direito à cidade, se inserindo no espaço de discussão da cidade. Sendo um espaço que têm como principal premissa a troca entre os conhecimentos popular e técnico nesses encontros, é estabelecido um diálogo entre o NEPHU e os moradores.

Assim, a primeira estratégia pensada para a ocupação da Passo da Pátria foi atestar o grau de vulnerabilidade em que os moradores estavam expostos por meio de análise socioeconômica da comunidade. Visto que os moradores não têm outra alternativa de moradia e se recusam a ingressar no Programa Minha Casa Minha Vida pois estão sempre localizados periféricamente foi necessário a realização de solução alternativa.

Conjuntamente com os moradores que gostariam de permanecer no local foi elaborado o Plano Popular Mama África entre 2012 e 2014. O projeto arquitetônico foi feito de forma participativa com os moradores, fundamentado de acordo com os padrões exigidos pela Caixa Econômica Federal, para ser implementado a partir do MCMV Entidades.

Em 2013, o projeto foi apresentado ao prefeito Rodrigo Neves, onde o mesmo sugeriu torná-lo o “projeto modelo” de Niterói, como habitação de interesse social, porém, até hoje, não levou a proposta adiante. Enquanto o Núcleo pleiteia verba para realização do projeto não só com a prefeitura mas também com a Câmara Municipal, o

projeto se encontra orçado e na fase executiva do projeto estrutural com expectativa de ser finalizada até o final do ano, junto ao lançamento do caderno do Plano.



MAMA ÁFRICA. FONTE: Acervo do NEPHU.

Ao mesmo tempo que se finaliza o Plano Popular, se trabalha no reconhecimento da área como Zona de Especial Interesse Social ZEIS, no plano diretor da cidade, que se encontra em reformulação.

Atualmente, há 26 famílias na ocupação Casarão Presidente Domiciano. Alguns desses moradores optaram por sair da edificação por conta do risco apresentado e os constantes cortes de luz e água, sinalizando as diversas tentativas de remoção indireta da negritude do centro da cidade que se desloca para condições semelhantemente inadequadas ou distantes dos serviços com o irrisório valor do aluguel social oferecido pelo poder público, quando oferecido.

Hoje, o NEPHU já cadastrou todas as famílias remanescentes que optaram por se inscrever no programa MCMV e apresenta levantamento de perfil socioeconômico dos moradores para instrumentalizar o prosseguimento da assessoria técnica. Apesar de anos de luta e avanços diante das constantes ameaças, ainda aguarda-se os apartamentos oferecidos pela prefeitura no Conjunto Jardim das Paineiras que, mesmo sendo distante do centro, sem serviços básicos e de difícil acesso, representa esperança para superação da condição vivida.

Ainda que cientes do perigo de possíveis consequências decorrentes de grandes chuvas e da precariedade da estrutura da edificação, mulheres, crianças e idosos se submetem a diversos riscos devido a manutenção da condição de vida do pobre. As circunstâncias de habitabilidade das subdivisões da edificação, cômodos mínimos para famílias inteiras, sem luz e água explicitam um contexto desumano e a inacessibilidade ao direito à moradia e à cidade imposto.



Casarão Presidente Domiciano. Fonte: Acervo do NEPHU.

O racismo opera estruturalmente na formação social capitalista. Estrategicamente funciona como mecanismo definidor de lugares sociais. A moradia, o respeito e a sobrevivência são conquistas apenas alcançadas após luta, ser negro e pobre é ser intruso em Niterói.

A desigualdade racial, reafirmada no modo de produção capitalista se manifesta na relação empregador empregado dos ocupantes com o morador de classe média no bairro e arredores. O racismo e o capitalismo se retroalimentam, é entendido no senso comum que o empregador e empregado não deveriam habitar no mesmo local, devendo o empregado retornar a áreas periféricas.

Para moradores da classe média, o ocupante em Niterói representa desorganização e precarização da cidade, alguém que não merece habitar no solo da estimada cidade sorriso com alto valor imobiliário e que deve ser retirado. Chamado de invasor, o morador de baixa renda é considerado como objeto a ser removido, visto que o merecimento se coloca como aspecto determinante, sendo a renda o norteador.

Ao comparar edificações na mesma rua do Casarão e de Mama África, observa-se que o acesso aos serviços aos moradores de classe média e alta é pleno, exceto nas ocupações. Reduz-se serviços básicos, como água, luz e esgoto, necessários a sobrevivência, a fim de concretizar uma remoção indireta e, silenciosamente, expulsar, mais uma vez, o negro das áreas centrais e afirmar um alarmante apartheid.

Naturaliza-se a ideia de que a segregação espacial não está vinculada a raça, mas ao observar-se a cor dos moradores das ocupações fica claro a maioria negra, enquanto em ambas as ruas e nos prédios de classe média o branco circula e habita.

Com a atual ofensiva do conservadorismo, as antigas desigualdades advindas do período colonial escravista são reeditadas e têm resultado em profundas violações de direitos humanos, as quais dilaceram e despotencializam essas populações. A emancipação da população negra pressupõe mais do que a dimensão estritamente econômica; ela envolve dimensões culturais, políticas e de valores profundas.

Tendo isso vista, os indicadores do município de Niterói apresentados, além de um excludente contexto nacional, é alarmante a urgência de políticas públicas qualificadas e a necessidade de desnaturalizar e analisar a sociedade de forma a considerar a intersecção entre raça/etnia, gênero e classe social. É necessário ampliar ações que radicalizem a democracia e alguns caminhos têm sido apontados nas formas plurais de resistência da população negra. Nesse sentido, é preciso fortalecer esses segmentos e suas organizações, bem como assegurar sua participação em todas as esferas de poder.

Por fim, no Brasil, a abolição representou exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Assim, se de um lado a ideologia do Brasil moderno, do progresso e do crescimento, não comportava a visão do pobre, sobretudo do pobre e negro, de outro lado, a despeito desse mesmo discurso modernizante, a maioria da sociedade brasileira sempre tem convivido com a pobreza e com a desigualdade, fazendo destas uma espécie de ponto de apoio de sua reprodução.

O Brasil, desigual em sua essência, precisa dos pobres e da pobreza. As classes mais altas se alimentam tanto dos serviços quanto da produção executada pelos mais pobres. em troca de um salário mínimo ou, muitas vezes, menos, incompatível com o custo de vida imposto.

Na luta dos pobres pelo reconhecimento de sua moradia, a instituição das Zonas Especiais Interesse Social (ZEIS) aparece como conquista. No entanto, as ZEIS são uma resposta da ordem à luta dos pobres pela cidade e se configuram ora como espaços de exceção não como parte efetiva da cidade assessorada por profissionais voluntários, particularmente do Direito e de Arquitetura e Urbanismo.

Mesmo não estando demarcadas como ZEIS e receberem promessas eleitorais que, muitas vezes, não se concretizam, essas ocupações no centro da cidade simbolizam resistência de uma população negra que luta para permanecer diante de tantas políticas

segregativas que restringem cada vez mais a circulação e permanência da negritude na cidade branca. Mama África e o Casarão são alguns dos exemplos da desigual e alarmante luta do negro no grave apartheid das cidades.

Diante do contexto de precarização da moradia, o ocupante negro representa maioria dessa população. A luta das famílias para permanecerem no centro da cidade é associada a luta do negro expulso e oculto nas cidades.

Constantemente relacionada a imagem de marginalização preta, a ocupação é desumanizada ao ser associada ao crime, corrupção e local onde futuras gerações de negros perigosos continuarão a aterrorizar a imaginação e a vida de uma classe média.

Inseridas em uma área de ampla infraestrutura, as ocupações não possuem acesso a diversos serviços oferecidos, sofrendo constantes ameaças de remoção que objetivam a intensificação da divisão geográfica. Essa divisão reafirma a segregação racial ao remover gradativamente o preto pobre no processo de valorização da cidade. A inviabilização da permanência do negro no centro da cidade é cada vez mais regulada e marginalizando intensificando o isolamento desse grupo.

Bibliografia:

VILLAÇA, Flávio. O que todo o cidadão precisa saber sobre habitação. 1986

SOUZA, Ana Paula de. Habitação e Luta: Resistência Mama África.

VILLAR, Alessandra; SOUZA, Ana Paula; BRICK, Brenda; AVESANI, Camila; NOGUEIRA, Carol; AMARAL, Caroline; SANTOS, Fernanda Souza dos; ABREU, Isadora; SAMPAIO, Jackeline; LOPES, Jéssica; TUPINAMBÁ, Julia; COUTINHO, Karla Regina; ALVES, Luiz Eduardo da Cunha; PINHEIRO, Maíra; BENTO, Matheus, FAJARDO, Nathália; FINCO, Paula; FERREIRA, Pedro Paulo; SANTANA, Raama de; RODRIGUES, Rafael; VICENTE, Rafaela; BARROS, Raisia; SANTOS, Roberta; ANJOS, Romário dos; GUTH, Sabrina; SELVA, Sabrina; ROCHA, Tássia; BRITO, Thaís; LENDRICK, Thaís; CARNEIRO, Thalles; ROBADEY, Victória; SIQUEIRA, Vívian; NEMER, Luciana; FREIRE, Eloisa B.; BIENENSTEIN, Regina. Plano Popular de Mama África. Niterói, 2018. 24 f.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade.

SILVA, Lisandra Mara. Propriedades, Negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte 2008.

MARTINS, Ananda de Melo. Entre a utopia do direito à Cidade e a resistência urbana: a luta pelo habitar em Brasília/DF. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH); Subsecretaria de Integração e Promoção da Cidadania; Instituto Pereira Passos (IPP). Somos Todos Cariocas: Levantamento da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

Ministério da Saúde - Secretaria da Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Articulação Federativa. SUS Painel de indicadores do SUS n°: 10 : temático saúde da população negra. vol. VII.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica número 2 Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades

As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília : Ipea, 2008.